



Moradores temem desapropriação

Sem notificação formal, famílias do Campo Grande vivem incertezas sobre a obra do metrô na região

Maysa Polcri
REPORTAGEM
maysa.polcri@reddebahia.com.br

Ao longo dos últimos 35 anos, Élcio Rodrigues Alves, 69, viu a região em torno de sua casa crescer. Foram construídos prédios, viadutos, colégio e comércios. A pequena vila onde ele vive foi espremida na área cada vez mais urbanizada. Agora, ele e outras 15 famílias enfrentam a angústia de não saber quando serão expulsos do Campo Grande, em Salvador. Isso porque a área da Avenida Santa Rita, que abriga a comunidade, será desapropriada para obras do metrô.

O tramo 4 da linha 1, que promete ligar a Lapa ao Campo Grande, será subterrâneo e terá 1,2 quilômetros de extensão. A construção vai impactar áreas residenciais da região. Apesar de o decreto que determina a utilidade pública da região ter sido publicado no dia 18 de dezembro no Diário Oficial do Estado (DOE), os moradores ainda não foram formalmente notificados sobre a desapropriação.

Élcio Rodrigues soube que a sua permanência na casa onde vive há mais de três décadas está ameaçada pela imprensa. Há dias, vive a angústia de não saber para onde vai, caso precise deixar a vila em que reside. Às margens do viaduto que liga a Praça Campo Grande ao Vale do Canela, cerca de 15 casas se amontoam em uma rua estreita. Um gradil esverdeado divide a localidade do mundo externo.

Quem vive no local, garante que é seguro. Os moradores vão desde jovens universitários a aposentados. Grande parte deles – e todos que conversaram com a reportagem – nunca pagaram Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). As moradias são irregulares, mas eles garantem não terem sido

incomodados nos últimos anos. Aos 69 anos, Élcio Rodrigues não sabe para onde vai quando tiver que deixar sua casa de dois andares onde criou os filhos.

“Vivemos na apreensão de não saber para onde vamos. Não recebemos nenhum documento, ninguém veio falar com a gente. Estamos todos sem ter noção do que pode acontecer”, afirma.

Até o receio da violência urbana tira o sono dos moradores. “Aqui é lugar bem tranquilo. Se tivermos que ir para outro lugar, onde será? Vai ser seguro? Vamos ter medo de facções e tiros?”, questiona. As perguntas se multiplicam, enquanto paira a incerteza.

A reportagem entrou em contato com a Companhia de Transportes do Estado da Bahia (CTB), órgão do Governo do Estado responsável pelo projeto. O CORREIO perguntou qual o prazo para que os moradores sejam notificados e pediu detalhes sobre o projeto do tramo 4. Até esta publicação, não houve retorno.

O PROJETO

Após decretar a desapropriação de uma área de 6 mil m² no Campo Grande para as obras do metrô, o Estado assinou um contrato milionário para uma empresa gerir a



1 Tramo 4 da linha 1 promete ligar a Lapa ao Campo Grande **2 Élcio Rodrigues** não sabe para onde vai quando tiver que deixar sua casa **3 Moradores** de área atingida vão desde jovens universitários a aposentados

obra, conforme publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de quarta-feira (7). O Consórcio NRS foi contratado por R\$ 44.435.203,21 por um período de 40 meses. O grupo é formado pelas empresas Nova Engenharia S.A., RK Engenharia e Consultoria Ltda e Sondotécnica Engenharia de Solos S.A..

De acordo com o resumo do contrato, as empresas deverão prestar “serviços de gerenciamento, supervisão, certificação e apoio à fiscalização da CTB das obras e serviços para a implantação do tramo 4 da linha 1”.

O novo trecho do metrô foi autorizado pelo governo estadual em junho de 2025 e custará, inicialmente, cerca de R\$ 2 bilhões.

No dia 18 de dezembro do ano passado, o Estado autorizou a desapropriação da área de cerca de 6 mil m² para a execução das obras – o espaço equivale a pouco menos de

um campo de futebol, que por padrão tem cerca de 7.140 m². O local contempla dois trechos do Largo do Campo Grande e as construções da Avenida Santa Rita, na ligação entre o Vale do Canela e o Campo Grande, onde a reportagem esteve nesta quarta-feira (7).

O advogado Alan Souza, membro do Instituto Baiano de Direito Imobiliário, explica que não existe um prazo legal fixo que obrigue o Estado a notificar imediatamente os moradores após a publicação do decreto de desapropriação. “O decreto de utilidade pública não retira automaticamente a posse dos imóveis. Ele funciona como uma autorização legal para que o Poder Público inicie o procedimento administrativo ou judicial de desapropriação”, diz.

ANGÚSTIA

Embora não exista determinação legal que determine prazo para a notificação, moradores da região seguem apreensivos. Um deles é Osvaldino Nascimento de Jesus, 60, que mora com outros oito parentes, entre esposa, filhos e netos, na Avenida Santa Rita. “Ninguém apareceu aqui ainda para nos falar nada. Ficamos na esperança de que alguém apareça para dar uma orientação”, afirma ele, que reside há 20 anos na localidade e faz bicos de pedreiro.

Há duas semanas, os moradores acompanharam a movimentação de engenheiros que estiveram na região realizando uma vistoria. O grupo era formado por cerca de dez trabalhadores, segundo os relatos. “Vieram na rua, olharam tudo, mas ninguém falou com a gente”, conta a funcionária de um bar que fica ao lado das casas. Embora a desapropriação exija indenização prévia, justa e em dinheiro, conforme determina a lei, os donos de imóveis irregulares temem não serem recompensados.

Mas o advogado Alan Souza explica que mesmo moradores de áreas consideradas “invasões” têm direito às indenizações. Os valores não devem ser simbólicos e sim refletir o valor real do patrimônio ou da perda sofrida. “Essa é a questão mais sensível do processo. O fato de muitos moradores não pagarem IPTU ou viverem em áreas consideradas ‘informais’ não elimina automaticamente seus direitos”, diz.

Em casos de posse prolongada – como o dos moradores da Avenida Santa Rita, que vivem no local há décadas – os tribunais brasileiros tendem a considerar a proteção jurídica dos residentes. Enquanto aguardam a chegada da notificação oficial, os moradores enfrentam a incerteza. “Podem nos fazer uma proposta boa ou indecente. Vamos sair daqui e ir para qual outro lugar?”, questiona Osvaldino, que repete a pergunta que martela sua cabeça e de vizinhos.